

Casa de Saúde Santa Marcelina - Consolidado

CNPJ/MF: 60.742.616/0001-60

Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Balanco Patrimonial - Em milhares de reais				Demonstração do Resultado do Exercício - Em milhares reais			
Ativo	NE	2016	2015	Passivo	NE	2016	2015
Circulante		232.996	163.587	Circulante		276.756	265.352
Caixa e equivalentes	3	45.738	44.627	Fornecedores		23.300	24.237
Contas a receber	4	167.402	102.492	Obrigações trabalhistas	10a	39.972	34.891
Estoques	5	12.056	10.934	Obrigações sociais	10b	12.143	10.296
Adiantamentos	6	7.513	5.237	Obrigações tributárias	10c	12.079	9.410
Despesas antecipadas		276	297	Empréstimos e financiamentos	11	12.540	21.793
Outros Créditos		11	-	Férias e encargos a pagar		80.429	78.518
Não Circulante		248.236	234.232	Contas a pagar serviços terceiros		9.113	10.574
Realizável a longo prazo	7	81.434	71.100	Provisão para processos judiciais	13	3.568	3.003
Permanente		166.802	163.132	Receitas a apropriar	14	78.785	66.972
Imobilizado	8	166.801	163.128	Adiantamento de clientes		59	467
Intangível	9	1	4	Outras contas a pagar		4.768	5.191
Total do Ativo		481.232	397.819	Não Circulante		107.187	106.113
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis				Outras contas a longo prazo -			
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios				Obrigações sociais	10b	76.413	63.017
Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 - Em milhares de reais				Outras contas a longo prazo -			
1. Contexto Operacional: a. Reconhecimento de utilidade pública:				Obrigações tributárias	10c	1.062	6.612
A Casa de Saúde Santa Marcelina, é uma Associação Civil sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública e como entidade filantrópica pelas autoridades federais, estaduais e municipais. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, Processo nº 25000.204495-2015 deferido através da Portaria nº 1496 de 26 de Outubro de 2016 e publicada no Diário Oficial da União de 26/10/2016, Página 45, Seção 1, com validade 01/01/2016 à 31/12/2018. A Entidade é ainda portadora do Certificado de Inscrição nº 4289 junto ao CONSEAS Conselho Estadual de Assistência Social do Governo do Estado de São Paulo.				Empréstimos e financiamentos	11	13.070	23.466
b. Áreas de atuação e objeto social: A Associação tem como objetivos básicos, sem visar lucro, atuar nos seguintes seguimentos carentes em nosso país: • Prestar assistência integral à saúde da população através de serviços hospitalares, ambulatoriais e de centros de saúde. c. Administração: Conforme os estatutos sociais, a Associação é governada pela Assembléia Geral das Associadas, Irmãs de Santa Marcelina, e é dirigida e administrada no dia-a-dia por uma Diretoria eleita pela Assembléia para um mandato de seis anos, sem direito a qualquer espécie de remuneração ou indenização. d. Manutenção financeira da Associação: Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais da CSSM são provenientes principalmente de: • Auxílios e subvenções dos poderes públicos; • De doativos de pessoas físicas e jurídicas; • De diárias hospitalares, serviços ambulatoriais e SADT; • De contribuições de alunos; • De receitas assistenciais; • De contratos de prestação de serviços; e • De receitas financeiras. 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis e Sumário das Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em especial pela Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 - relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e foram autorizadas para emissão em 20/03/2017. 2.2. Bases para elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir. As demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de 2015, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação. O resumo das principais práticas contábeis adotados: a. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; b. Ativo circulante e não circulante: Registrados pelo valor de realização, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável; c. Ativo imobilizado: Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo; d. Ativo intangível: Foram registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e amortizados linearmente de acordo com o prazo de contrato de despesas; e. Passivo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos; f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituída para valores a receber em atrasos considerados de difícil recuperação; g. Provisão de férias e encargos: Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes; h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG25 - Resolução CFC nº 1.180/09; i. Contribuição ao INSS e impostos: Conforme legislação vigente, a Casa de Saúde Santa Marcelina, por ser uma entidade filantrópica, é imune ao pagamento de quaisquer impostos, taxas e contribuições, incluindo a do INSS (cota patronal) sobre os salários pagos aos seus empregados. j. Contas de resultado: O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência, exceto as receitas de doações são registradas pela sua realização financeira; k. Subvenções governamentais: As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais, cuja principal condição consiste na compra, construção ou aquisição de ativos não correntes, são reconhecidos como receita diferida na demonstração da posição financeira e transferidos para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil dos respectivos ativos demais subvenções governamentais são reconhecidas como receita em base sistemática e racional para compensar os custos que pretendam compensar. As subvenções governamentais recebidas como compensação por despesas ou prejuízos já incorridos ou com a finalidade de fornecer suporte financeiro imediato à Entidade, sem custos futuros relacionados, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas. l. Uso de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisões para contingências, férias, créditos de liquidações duvidosas, produção de serviços médicos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. 3. Caixa e Equivalentes de Caixa: Os saldos na data do balanço estavam compostos como segue:							
(a) Com restrição				Parcelamentos		-	14
Descrição				Patrimônio líquido		97.289	26.354
Bancos		1.019	20	Total do Passivo		481.232	397.819
Aplicações financeiras		33.484	41.437	As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			
Subtotal		34.503	41.457	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no Exercício			
				Em milhares reais			
				Patrimônio social		2016	2015
Edifícios	Hospital Santa Marcelina	Hospital de Rondônia	Hospital Cidade Tiradentes	No início do exercício		26.354	20.643
Terrenos	99.210	1.379	74	Ajuste de avaliação patrimonial		1.958	2.055
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	15.720	-	-	Transferências patrimoniais		210	-
Máquinas e Equipamentos	33.409	2.045	9.808	Doações de bens patrimoniais		192	339
Equipamentos e sistemas de informática	4.287	1.156	1.488	Ajuste de exercícios anteriores		(1.411)	650
Móveis e Utensílios	1.104	436	1.185	Superávit do exercício		69.986	2.667
Instalações	3.270	1.274	1.192	No final do exercício		97.289	26.354
Veículos	4.711	-	37	As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			
Imobilizações em andamento	344	979	50	(b) Sem restrição			
Construções em andamento	162.055	7.269	13.211	Descrição		2016	2015
Depreciação Acumulada	1.986	274	-	Caixas		27	60
Total	141.975	4.295	4.507	Bancos		23	1.548
				Aplicações financeiras		11.185	1.562
				Subtotal		11.235	3.170
				Total (a + b)		45.738	44.627
				4. Valores a Receber: Os saldos a receber estão substancialmente representados por serviços prestados conforme as normas estabelecidas pelo convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), do Ministério da Saúde, com convênios particulares, mensalidades e outros.			
				Descrição		2016	2015
				Convênio SUS		14.318	12.967
				Convênio com empresas e particulares		38.317	46.557
				Convênios com órgãos públicos		117.788	54.268
				Outras contas		809	850
				Menos: provisão para perdas		(3.830)	(12.150)
				Total		167.402	102.492
				5. Estoques: Os estoques em 31 de dezembro, valorizados pelo custo médio, que não supera o valor de mercado, são os seguintes:			
				Descrição		2016	2015
				Materiais médicos hospitalares e consumo		5.703	5.175
				Drogas e medicamentos		3.875	3.555
				Gêneros alimentícios		272	337
				Matéria prima e embalagens		3	2
				Material de manutenção		364	416
				Órteses e próteses		1.839	1.449
				Total		12.056	10.934
				6. Adiantamentos: Referem-se a adiantamentos a empregados, fornecedores e prestadores de serviços.			
				Descrição		2016	2015
				Adiantamentos a fornecedores		834	106
				Adiantamentos a funcionários		6.638	5.102
				Importação em andamento		22	5
				Outros Valores		19	24
				Total		7.513	5.237
				7. Realizável a Longo Prazo: Substancialmente compostos na data do balanço por depósitos judiciais decorrentes de contestação de cobranças tributárias e de encargos sociais.			
				Descrição		2016	2015
				Depósitos judiciais PIS		76.185	62.770
				Depósitos judiciais FGTS		-	19
				Depósitos judiciais diversos		1.974	7.139
				Total - depósitos judiciais		78.159	69.928
				Contas a receber - contingências ativas		2.555	417
				Impostos a recuperar		720	755
				Total		81.434	71.100
				8. Imobilizado: Demonstrado com base no valor original de custo:			
				Descrição		2016	2015
				Edifícios		103.650	101.300
				Benfeitorias em Imóveis de Terceiros (*)		3.494	3.494
				Terrenos		19.240	19.240
				Aparelhos médicos e cirúrgicos		58.838	52.218
				Máquinas e equipamentos		9.410	8.796
				Equipamentos e sistemas de informática		3.998	3.714
				Móveis e utensílios		8.338	7.539
				Instalações		7.196	7.166
				Veículos		1.937	2.071
				Obras em andamento		9.287	9.197
				Imobilizações em andamento		-	2.335
				Subtotal		227.723	215.378
				Depreciação acumulada		(60.922)	(52.250)
				Total imobilizado líquido		166.801	163.128
				(*) A amortização das benfeitorias realizadas no imóvel pertencente ao Instituto das Irmãs de Santa Marcelina e cedido em comodato de forma gratuita ao Ambulatório de Especialidades Médicas da Zona Leste é calculada com base no prazo do contrato de gestão celebrado com o Governo do Estado de São Paulo. A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:			
						2016	2015
				Saldo no início do exercício		163.128	166.981
				Adições			
				Aparelhos médicos e cirúrgicos		7.616	2.726
				Móveis e utensílios		819	267
				Máquinas e equipamentos		718	714
				Veículos		152	50
				Edificações Hospitalares		2.806	2.616
				Instalações		32	473
				Terrenos		-	-
				Equipamentos de informática		315	513
				Benfeitorias em imóveis de terceiros		-	1.130
				Imobilizado em andamento		1.693	1.639
				Obras em andamento		91	1.395
				Ajustes de conciliação entre contas		-	(48)
				Baixas líquidas		(1.895)	(7.291)
				Depreciações		(8.673)	(8.037)
				Saldos no fim do exercício		166.801	163.128
				E por unidade a composição do imobilizado é como segue:			
						2016	2015
				Software		2.173	2.172
				Amortizações Acumulada		20%	(2.172)
				Total		1	4
				A movimentação do ativo intangível está demonstrada a seguir:			
						2016	2015
				Saldo no início do exercício		4	32

▶ continuação

(b) Obrigações Sociais		2016	2015
Descrição			
INSS a recolher		4.483	3.862
FGTS a pagar		6.771	5.851
PIS sobre folha a recolher		846	503
FGTS Lei Complementar nº 110		-	19
Outros		43	61
Total Circulante		12.143	10.296
Descrição		2016	2015
PIS sobre folha a recolher		76.413	63.017
Total - Não Circulante		76.413	63.017

O recolhimento do PIS está sendo discutido judicialmente, e de acordo com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 (NPC 22) do IBRACON, a administração optou por apropriar esses valores como obrigação

Instituição	Taxa mês	Tipos	Garantias	Vecto	Curto Prazo	Longo Prazo	2016	2015
Santander		Conta Garantida		-	-	-	-	145
Santander		Capital de giro		-	-	-	-	7.115
Santander	1,85%	Capital de giro	(b)	17/12/2018	8.636	11.653	20.289	28.230
Santander		Capital de giro		-	-	-	-	3.034
Santander	1,32%	Capital de giro	(a)	03/08/2018	1.767	1.417	3.184	4.595
Mútuos		Diversos	(c)	-	2.137	-	2.137	2.139
Provisão de juros				-	14.036	2.407	-	9.144
Juros a transcorrer				-	(14.036)	(2.407)	-	(9.144)
Total					12.540	13.070	25.610	45.258

(a) Aval da diretoria; (b) Receita do SUS; (c) Valor a pagar ao Instituto das Irmãs Santa Marcelina. 12. Renúncia Fiscal - Isenções Previdenciárias Usufruidas: Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11º da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício de 2016.

Descrição	2016	2015
Ordenados e salários.	734.194	623.327
(*) Percentual de contribuição (a)	27,80%	27,80%
Subtotal	204.106	173.285
Serviços prestados por pessoa física (autônomos inclusive médicos)	8.515	8.160
Percentual de contribuição devida (b)	20,00%	20,00%
Subtotal	1.703	1.632

Total devido caso a entidade não gozasse de isenção (a) + (b) = 205.809 174.917
(*) INSS 20%, SESC 1,5%, SENAC 1%, SEBRAE 0,60%, INCR 0,20%, Sal.-educação 2,5% e seguros contra riscos e acidentes 2%.

13. Provisão para Contingências: Constituída pela Administração, de acordo com a avaliação de risco elaborada pela assessoria jurídica na data do balanço, nos diversos processos de natureza trabalhista, cível e fiscal que a Entidade figura como ré. A entidade de acordo com o CPC 25 contabiliza perdas classificadas como prováveis, cujos montantes estão assim representados:

Descrição	2016	2015
Reclamações trabalhistas	3.535	1.986
Processos cíveis	33	1.017
Contingências no passivo circulante	3.568	3.003
Reclamações trabalhistas	5.722	5.558
Processos cíveis	10.920	7.446
Outros	-	-
Contingências no longo prazo	16.642	13.004
Total	20.210	16.007

14. Receitas a Apropriar: A) Verbas e Subvenções a Aplicar: Refere-se a recursos recebidos para custeio e investimentos como segue:

Descrição	2016	2015
Verbas a aplicar (a)	26.867	24.885
Verbas aplicadas (b)	42.754	35.386
Subtotal	69.621	60.271
Contrapartida receitas	(5.552)	(4.661)
Subtotal (1)	64.069	55.610
Verbas a aplicar - custeio	6.994	5.997
Recursos públicos a devolver (c)	812	588
Subtotal (2)	7.806	6.585
Total	71.872	62.195

(a) Verbas de investimentos a aplicar. (b) Verbas de investimentos aplicadas, cujo reconhecimento da receita esta sendo efetuado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. (c) Recursos públicos a devolver para a Secretaria Municipal de Saúde referente aos convênios que foram

Origem da verba	Convênio Custeio
Prefeitura Municipal de São Paulo	Convênio 028/2008
Prefeitura Municipal de São Paulo	R11/2015
Prefeitura Municipal de São Paulo	R10/2015
Prefeitura Municipal de São Paulo	TA 19/2016

17. Verbas para Custeio Reconhecidas no Passivo: Os valores recebidos referentes a verbas para custeio classificadas no passivo em 2016 (a serem aplicadas nos projetos), de acordo com a Resolução CFC Nº. 1.143/08, que aprovou a NBC T 19.4 - Subvenção e Assistência Governamentais (CPC 07) foram:

Origem	Descrição	2016
Secretaria do Estado da Saúde	159/PGE/2014	4.656
Captação Pronon	SIPAR 25000.074672/2015-77	1.295
Secretaria do Estado da Saúde	TA 072/2015	3.299
Secretaria do Estado da Saúde	TA 097/2015	365
Secretaria do Estado da Saúde	TA 451/2016	61
Secretaria do Estado da Saúde	TA 202/2015	119
Total		9.795

18. Verbas para Investimentos Reconhecidas no Passivo: Os valores recebidos referentes a verbas para investimentos classificadas no passivo em 2016 (representados por valores realizados e a realizar), de acordo com a Resolução CFC Nº. 1.143/08, que aprovou a NBC T 19.4 - Subvenção e Assistência Governamentais (CPC 07) foram:

Origem	Descrição	2016
Ministério da Saúde	Convênio 821060/2015	1.000
Ministério da Saúde	Convênio 823862/2015	153
Ministério da Saúde	Convênio 824932/2015	252
Ministério da Saúde	Convênio 823671/2015	800
Ministério da Saúde	Convênio 835183/2016	427
Ministério da Saúde	Convênio 837089/2016	600

Parecer do Conselho Econômico e Fiscal
A Diretoria, O Conselho Fiscal da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Casa de Saúde Santa Marcelina referente ao exercício social

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria e Associadas da Casa de Saúde Santa Marcelina - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Casa de Saúde Santa Marcelina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa de Saúde Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** Demonstrações do valor adicionado: Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis básicas requeridas no parágrafo inicial, tomadas em conjunto. Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a qual esta sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte

legal até a conclusão da sentença.

(c) Obrigações tributárias		2016	2015
Descrição			
IRRF terceiros a recolher		10.561	8.544
PIS, Cofins e CSLL		804	639
ISS - Impostos sobre serviços		95	83
Obrigações tributárias em contestação judicial		598	111
Outros		21	33
Total Circulante		12.079	9.410
Descrição		2016	2015
Deposito Judicial Estadual e Municipal		1.062	6.612
Total - Não Circulante		1.062	6.612

11. Empréstimos e Financiamentos: Representam empréstimos e financiamentos como segue:

Descrição	2016	2015
Banco Santander	6.910	4.777
Total	6.910	4.777

c) Totalização da Conta
Descrição
a) Verbas e subvenções a aplicar 71.875 62.195
b) Adiantamentos - Contratos bancários 6.910 4.777
Total 78.785 66.972

15. Receitas: 15.1 - SUS, Convênios e outras

Descrição	2016	2015
SUS - Sistema Único de Saúde / Campanhas	185.034	
Convênios empresas	176.060	
Particulares	3.798	
Glosas	(2.792)	
Total	362.100	

15.2 - Contratos de gestão e outros

Origem	Termo aditivo	Tipo	2015
SES - (TA 01/16)	Hospital	Verba de Custeio OSS Itaim Paulista	119.594
SES - (TA 01/16)	Hospital	Verba de Custeio OSS Itaquaquecetuba	116.190
SES - (TA 01/16)	AME	Verba de Custeio	26.400
Subtotal			262.184

Origem	Termo aditivo	Tipo	2015
Convênio 202/2015	Hospital	Hospital Santa Marcelina-Custeio	2
Convênio 087/2015	Hospital	Hospital Itaquera Pro Santas Casas	7.715
Convênio 088/2015	Hospital	Hospital Santa Marcelina-Custeio	5.328
Convênio 097/2016	Hospital	Hospital Santa Marcelina-Custeio	5.332
Convênio 451/2016	Hospital	Hospital Santa Marcelina-Custeio	8.330
Convênio 072/2016	Hospital	Hospital Santa Marcelina-Custeio	7.410
Convênios 233/2015	Hospital	Hospital Santa Marcelina-Custeio	15.644
Subtotal			49.761
Total			311.945

16. Verbas e Subvenções Recebidas: No decorrer do exercício de 2016 foram apropriados nas suas respectivas competências os seguintes recursos:

Discriminação	2016
PSF - Programa Saúde da Família	8.620
RASTS Itaquera. Guaianases e Cidade Tiradentes	326.710
RASTS São Miguel e Itaim Paulista	185.187
Hospital Cidade Tiradentes	125.774
Subtotal	646.291

16.1 - Convênios Secretaria Municipal de Saúde - São Paulo

Discriminação	2016
Ministério da Saúde	1.052
Ministério da Saúde	166
Ministério da Saúde	400
Ministério da Saúde	1.150
Ministério da Saúde	210
Ministério da Saúde	150
Ministério da Saúde	200
Ministério da Saúde	301
Ministério da Saúde	500
Ministério da Saúde	700
Ministério da Saúde	400
Ministério da Saúde	400
Secretaria do Estado de Saúde de Porto Velho	200
Secretaria do Estado de Saúde de Porto Velho	8
Secretaria do Estado de Saúde	50
Secretaria do Estado de Saúde	160
Secretaria Municipal da Saúde	55
Secretaria Municipal da Saúde	236
Secretaria Municipal da Saúde	1.376
Secretaria Municipal da Saúde	77
Total	10.873

Os valores reconhecidos nas contas de resultados em 2016 referem-se a:

Discriminação	2016
Convênio 36546/2016	1.052
Convênio 836911/2016	166
Convênio 835180/2016	400
Convênio 835185/2016	1.150
Convênio 835184/2016	210
TA 001/2016	150
Convênio 837274/2016	200
755973/2011	301
755973/2011	500
781507/2012	700
820941/2015	400
825962/2015	400
Convênio 108/PGE/2015	200
Convênio 026/PGE/2016	8
TA 02/2016 - Itaim	50
TA 03/2016 - Itaquá	160
TA 04/2016 - RASTS	
Cidade Tiradentes	55
TA 06/2016 - RASTS	
Cidade Tiradentes	236
TA 03/2015 - RASTS São Miguel	1.376
TA 05/2015 - RASTS São Miguel	77
Total	10.873

encerrado em 31 de dezembro de 2016, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Proposta da Administração, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial

das Demonstrações Contábeis básicas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

Origem	Descrição	2016
Secretaria Municipal da Saúde	Contrato R10/2015	
	Rasts São Miguel e Itaim	185.187
Secretaria Municipal da Saúde	Contrato R11/2015	
	Rasts Itaquera/Guaianases	326.710
Total		511.897

19. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas

Descrição	2016	2015
Despesa financeira		
Juros e multas	(6.760)	(9.808)
Despesas bancárias	(304)	(493)
Subtotal	(7.064)	(10.301)
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações	9.251	3.369
Juros ativos e descontos obtidos	2.857	4.571
Subtotal	12.108	7.940
Total	5.044	(2.361)

20. Doações Recebidas: As seguintes doações foram recebidas:

Descrição	2016	2015
Doações de materiais e medicamentos	4.541	5.468
Doações de pessoa jurídica	1.571	2.922
Doações em espécie	340	303
Projeto Adote um Leito	2.544	2.483
Outros	3.134	1.709
Total	12.130	12.885

21. Recursos: Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e investimentos patrimoniais. 22. Receitas e Despesas: As receitas e despesas são apropriadas por competência com base em documentação hábil como: avisos bancários, notas fiscais, recibos, contratos e outros em conformidade com as exigências legais e fiscais. É constituída provisão para créditos considerados incobráveis.

23. Compensações: A Organização utiliza-se do Grupo Compensado em seus livros contábeis para registro e controle das gratuidades concedidas, do custo da isenção da quota patronal de Previdência Social usufruída e para outros controles de interesse da instituição. O valor registrado em 31/12/16 de R\$ 205.809 que está alocado neste grupo não compõe o Ativo e Passivo da Entidade. 24. Seguros (não auditado): A Instituição, orientada por especialistas, mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir os eventuais sinistros dos seus bens patrimoniais. 25. Patrimônio Líquido: Representa o patrimônio inicial da Casa de Saúde Santa Marcelina, acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como de doações e ajustes de avaliação patrimonial. Em 2016 o valor do patrimônio líquido apresentado é de R\$ 97.289, e superávit de R\$ 69.986. Em 2015 o patrimônio líquido era de R\$ 26.363. 26. Concessão de Gratuidades: Foram concedidas com observância do limite mínimo fixado pelo Artigo 4º, Inciso II da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, conforme demonstrativo comparativo, indicado abaixo: Demonstrativo de Gratuidades e Beneficências

Item	Quantidade 2016	Quantidade 2015
Quantidade de internações SUS	31.082	28.781
Quantidade de internações convênio e particulares	7.344	6.576
Total das internações do ano	38.426	35.357
Participação no atendimento SUS e não pagantes	80,89%	81,40%
Demonstrativo de Gratuidades e Beneficências por unidade		

Item	Quantidade P. Velho	Quantidade S. Paulo	Total 2016
Quantidade de internações SUS	3.43		